

Formação de Circuitos Turísticos: uma análise comparativa entre Minas Gerais (Brasil) e as Aldeias Históricas de Portugal

Jean Max Tavares^a

Resumo

Regiões com valor histórico e patrimonial reconhecido, tais como Ouro Preto e Mariana, em Minas Gerais (Brasil), Fátima e Lisboa (Portugal) e Atenas (Grécia), dentre outras, tem sérias restrições para desenvolvimento do setor industrial, o que pode ocasionar redução na oferta de empregos não associados ao turismo e até mesmo emigração de sua população mais jovem. Além disso, em muitas destas regiões, os atrativos turísticos estão espacialmente dispersos, fazendo com que uma localidade específica, não tenha condições, sozinha, de desenvolver a atividade turística. Diante disso, uma das alternativas seria a criação de um circuito turístico englobando diversos municípios localizados próximos uns dos outros, de forma que o turista entenda a região como um “único” destino turístico. Portanto, este artigo teve como objetivo fazer uma comparação entre os circuitos turísticos de Minas Gerais e o circuito turístico Aldeias Históricas de Portugal, no que se refere à forma de organização, à escolha do nome e da marca, às condições de acesso e acerca da tipologia do turismo. Para alcançar esse objetivo, foi feita uma pesquisa bibliográfica a partir do levantamento de referências teóricas existentes e uma pesquisa de campo, durante oito meses, nas principais cidades de Portugal. Observou-se que ambos os circuitos possuem muitas semelhanças no que se refere às variáveis supracitadas, mesmo guardadas as devidas proporções.

Palavras-chave: Circuito; Formação; Turismo.

Abstract

Formation of Tourist Circuits: a comparative analysis between Minas Gerais (Brazil) and the Historic Villages of Portugal

Regions with registered historical and heritage value, such as Ouro Preto and Mariana, in Minas Gerais (Brazil), Fátima and Lisboa (Portugal) and Athens (Greece), among others, have conditions for development for the industrial sector, or which may cause supply employment not associated with tourism and even the migration of its younger population. In addition, in many of these regions, the tourist attractions are spatially dispersed, so that a specific locality, alone, can't develop the tourist activity. Because of this, one of the alternatives would be to create a tourist circuit encompassing several municipalities located close to each other, so that the tourist understands the region as a “unique” tourist destination. Therefore, this article aimed to make a comparison between the tourist circuits of Minas Gerais and the Historic Villages from Portugal tourist circuit, regarding the form of organization, the choice of name and brand, the conditions of access and about the typology of tourism. To achieve this objective, bibliographic research was carried out based on the survey of existing theoretical references and field research, during eight months, in the main cities of Portugal. It was observed that both circuits have many similarities concerning the variables above, even if they are kept to the proper proportions.

Keywords: Circuit; Formation; Tourism.

a. Pós-doutor em Economia do Turismo pela Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Docente de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos na Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: jean.tavares@uece.br

Resumen

Formación de Circuitos Turísticos: un análisis comparativo entre Minas Gerais (Brasil) y los Pueblos Históricos de Portugal

Las regiones con un valor histórico y patrimonial reconocido, como Ouro Preto y Mariana, en Minas Gerais (Brasil), Fátima y Lisboa (Portugal) y Atenas (Grecia), entre otras, tienen serias restricciones para el desarrollo del sector industrial, lo que puede causar reducción en la oferta de empleos no asociados con el turismo e incluso la emigración de su población más joven. Además, en muchas de estas regiones, las atracciones turísticas están dispersas espacialmente, por lo que una localidad específica, por sí sola, no puede desarrollar la actividad turística. En vista de esto, una de las alternativas sería crear un circuito turístico que abarque varios municipios ubicados uno cerca del otro, para que el turista entienda a la región como un destino turístico “único”. Por lo tanto, este artículo tuvo como objetivo realizar una comparación entre los circuitos turísticos de Minas Gerais y el circuito turístico Pueblos Históricos de Portugal, en relación con la forma de organización, la elección del nombre y la marca, las condiciones de acceso y sobre el Tipología del turismo. Para lograr este objetivo, se realizó una búsqueda bibliográfica basada en la encuesta de referencias teóricas existentes y una investigación de campo, durante ocho meses, en las principales ciudades de Portugal. Se observó que ambos circuitos tienen muchas similitudes con respecto a las variables mencionadas anteriormente, incluso si se mantienen en las proporciones adecuadas.

Palabras clave: Circuito; Formación; Turismo.

INTRODUÇÃO

A atividade turística tem sido um dos mais importantes motores da economia de várias regiões ao redor do mundo. Nestas, pode se perceber a influência exercida sobre a ocupação das pessoas, na realização de investimentos, no papel do poder público, na própria auto-estima da população, na renda gerada, dentre outros aspectos. Essa influência pode ser observada em vários países, tais como Tailândia e Portugal, onde a participação do turismo no PIB é de 21,6% e 19,1%, respectivamente (WTTC, 2019) e em Estados brasileiros, como na Bahia (7,5%) e Ceará (5%), segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([IBGE], 2008). Logo, o turismo pode se constituir em uma alternativa segura para o desenvolvimento e crescimento econômico dessas regiões, assegurando melhores níveis de bem-estar à população.

Porém, em muitas regiões onde se verificam a existência de atrativos turísticos, a situação econômica é preocupante, seja em virtude da excessiva dependência de transferências governamentais, seja em razão do incipiente desenvolvimento do comércio e da indústria – como é o caso, por exemplo, de Ilhéus (Bahia) e da região Sul/Sudoeste de Minas, cuja economia dependem 30% e 44,5% do repasse do Fundo de Participação de Municípios (FPM), segundo Santos e Santos (2014) e Mussardi e Abrantes (2016).

O desenvolvimento limitado destes setores, por vezes, é decorrente da legislação ambiental e patrimonial vigente, as quais, no intuito de manter a preservação da história e da cultura, procura regular as atividades econômicas a fim de que sejam realizadas de forma sustentável. Na prática, poderia se imaginar as dificuldades de uma indústria química ou metalúrgica em se instalar em regiões reconhecidas turísticas, tais como Tenerife, Atenas, Caribe, Ilha da Madeira ou Fernando de Noronha.

Assim, ao possuir algum atrativo turístico, os poderes públicos e privados identificam que podem investir no turismo como uma alternativa de desenvolvimento para a sua região. Porém, normalmente não basta ao município ter um ou mais atrativos turísticos se estes não se constituírem em um produto que atraia os visitantes e os retenha, transformando-os, efectivamente, em turistas.

Em termos práticos, seria a situação de uma região composta por sete pequenos municípios, cada um contendo apenas um atrativo turístico significativo. Nesse caso, dificilmente o turismo iria se desenvolver em cada um destes municípios ou regiões.

Porém, se houver um município polo – que tenha mais infra-estrutura, tais como meios de hospedagem, restaurantes, locadoras de automóveis, etc. – para que os turistas estabeleçam como ponto de apoio, seria possível que tais municípios fossem visitados por um número maior de turistas, aumentando a possibilidade de desenvolvimento da atividade na região. É claro que ter atrativos e um município polo na região são condições necessárias mas não suficientes, pois aspectos como as vias de acesso, a sinalização, o número de municípios integrantes, o nome escolhido e até mesmo a tipologia do turismo existente, certamente influenciam a atividade turística, assim como a existência de serviços de segurança, saúde, bancários e de comunicação que atendam tanto aos turistas e, primeiramente, a população local de forma satisfatória.

Diante dessa constatação, a formação de um circuito turístico de abrangência regional pode vir a ser uma solução eficaz para o desenvolvimento desse setor em locais onde existem atrativos turísticos dispersos ou que possuam pouca infra-estrutura, pois, segundo Tavares, Vieira Junior e Queiroz (2010, p.4) “uma determinada atratividade local pode ser insuficiente para atração e, principalmente, retenção do turista. Porém, várias atratividades – localizadas em um conjunto de regiões contíguas, por exemplo – poderiam ser capazes de fazê-lo”. Teixeira, Vicentim e Aguiar (2006) também acreditam nessa solução ao afirmarem que municípios pequenos podem se aliar ao município mais desenvolvido e próximo geograficamente para, juntos, desenvolver a atividade turística.

Embora a ideia seja bastante lógica em termos de propulsão da atividade turística, sua concepção é complexa. Emmendoerfer, Silva e Fonseca (2007), por exemplo, identificam que a heterogeneidade entre os municípios (singularidade do atrativo, “peso” do turismo na economia, importância política, etc.) pode ser impeditivo ou dificultador da formação e do crescimento do circuito turístico.

Acreditando no turismo como atividade transformadora da realidade social e econômica de uma região, o Estado de Minas Gerais – território formado por 586.528 Km², dividido em 853 municípios e composto por mais 20 milhões de habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2019) – localizado na região Sudeste do Brasil e a região da Beira Interior, em Portugal, composta por 12 aldeias históricas, decidiram, em épocas relativamente próximas, em estruturar a atividade turística sob a forma de circuitos turísticos institucionalmente constituídos, por meio do Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional, com dimensão nacional, no período de 1994-1999 (Correia & Carvalho, 2010).

Embora diferentes na maioria dos aspectos, estas duas regiões têm uma característica em comum muito importante no turismo: a distância do litoral. Em um mundo marcado pela preferência dos turistas, em geral, pelo turismo de

“sol e praia” – 71,7% dos estrangeiros que visitaram o Brasil em 2018 optaram por esse tipo de turismo e apenas 9,5% afirmam terem vindo pela cultura (Ministério do Turismo [Mtur], 2019) – regiões não localizadas no litoral enfrentam ainda mais essa dificuldade no que se refere à demanda e a sua atração. Ressalta-se que o Estado de Minas Gerais faz fronteira, principalmente ao norte, com a Bahia e seu imenso litoral reconhecido por inúmeras praias e belezas naturais, bem como ao Rio de Janeiro, principalmente ao sul, um mercado onde o turismo é mundialmente reconhecido, além, é claro, do Espírito Santo – tradicional destino de férias dos mineiros – e São Paulo, destino muito procurado para negócios e eventos.

Outra questão, embora careça de mais pesquisas em outros destinos turísticos, refere-se aos gastos do turista de acordo com o tipo de turismo praticado. Em pesquisa realizada em Minas Gerais (Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais [SETUR-MG], 2017) os gastos médios de um indivíduo em um turismo de negócios foi de R\$ 106,60 por dia, enquanto que, para o turismo cultural, os gastos foram um pouco menos da metade e destinados, principalmente, aos gastos com hospedagem. Isso pode significar que faz-se necessário prover os locais onde se pratica o turismo cultural ou até mesmo rural com negócios que incentivem o consumo por parte do turista, contribuindo para dinamizar a economia local.

Em pesquisa feita pelo Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo de Portugal (IPDT, 2017), como motivação principal para a viagem, os portugueses apontaram o sol e mar (53%), seguindo-se a natureza (13%), que ultrapassa a cultura, sendo o Algarve, Cabo Verde, Açores e Madeira os destinos que exercem forte atração junto aos portugueses enquanto destinos turísticos. Além disso, verifica-se a dificuldade em encontrar operadores que queiram trabalhar no interior em detrimento da praia e das grandes cidades (ADHTAP, 2017), até porque enquanto “regressam os mais velhos, partem os poucos mais novos desde logo para estudar” (Diário de Notícias, 2016), visto que essas regiões são muito pouco dinâmicas.

Portanto, o objetivo principal deste artigo consiste na comparação entre os circuitos turísticos de ambas as regiões – Minas Gerais e Aldeias Históricas de Portugal – no que refere, em particular, à sua forma de organização, escolha do nome e da marca, condições de acesso e tipologia do turismo.

METODOLOGIA

Partindo do objetivo de se comparar a formação do circuito turístico Aldeias Históricas de Portugal com a dos circuitos turísticos do Estado de Minas Gerais, foi realizada uma pesquisa documental, em fontes secundárias, da literatura existente acerca dos circuitos turísticos tanto de Minas Gerais quanto das Aldeias Históricas de Portugal, que fundamentam o item que descreve as principais características de cada uma.

A comparação das informações seguiu uma sequência relativa a seis variáveis comuns à estruturação dos circuitos das regiões supracitadas, a saber: a) número de municípios; b) adequação da escolha do nome; c) forma de organização da entidade representativa; d) município polo; e) tipologia do turismo; f) condições de acesso. Decididas com base no referencial teórico trabalhado.

REFERENCIAL TEÓRICO

Independente da área de investigação em Turismo, os benefícios gerados pela atividade turística para a população local são normalmente enumerados – aumento do número de empregos, de renda, de melhoria na infra-estrutura, dentre outros.

Em Portugal, por exemplo, o setor do turismo respondeu por 13,7% do PIB em 2018, totalizando 417 mil empregos exclusivamente ligados ao turismo (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2017). Na Grécia, a participação do turismo no PIB é de 20,6%, enquanto na Espanha e Áustria a participação atinge 15,4% e 14,6%, respectivamente (WTTC, 2019).

Segundo Massukado (2006), os destinos turísticos importantes no Brasil estão localizados nas regiões mais pobres, e, pelas vias do turismo, passam a ser visitadas por cidadãos que vêm dos centros mais ricos do país e do mundo. Além disso, dois diferenciais do setor de turismo são o emprego de mão-de-obra que teria dificuldades de se encaixar em muitas outras atividades que exigiria mais qualificação, bem como empregar famílias inteiras á frente dos seus negócios.

Especificamente em relação ao Brasil e a Portugal, ambos certamente possuem regiões com poucas alternativas de enriquecimento e melhoria de bem-estar para sua população a curto e a médio prazo e que, portanto, podem optar pelo desenvolvimento da atividade turística enquanto promotora de crescimento econômico e de qualidade de vida.

Mas à medida que a atividade turística começa a ser imaginada como alternativa para dinamizar economicamente uma região, a forma ideal de organização desta atividade e o nível de participação do Estado na mesma são os primeiros pontos a serem discutidos.

Em relação a estas questões, a literatura indica a implantação de arranjos produtivos locais, a gestão compartilhada entre o setor público e privado, o monitoramento indireto pelo setor público e o incentivo direto às atividades turísticas são consideradas alternativas viáveis ao seu desenvolvimento (Merigue, 2005; Mamberti e Braga, 2004; Tavares et al., 2010).

Portanto, a participação do Estado no turismo é recomendada em qualquer estágio do processo de desenvolvimento do turismo, visto que “a possibilidade crescimento descontrolado e desordenado, a dependência de recursos, essencialmente, públicos, o facto de as visitas ocorrerem em locais públicos (...) fomentaram a intervenção do Estado” (Milheiro, Diniz & Correia 2011, p.2).

Em termos da forma de se organizar a gestão de uma região com potencial turístico, o governo pode apenas intervir nas questões ligadas à regulamentação e infra-estrutura, restando a gestão do turismo ao setor privado, na forma de associações, organizações não-governamentais, organizações de interesse público, dentre outras.

Outra forma possível seria quando o Estado decide somente “dar as regras do jogo”, monitorá-lo e dar as condições adequadas para a realização do mesmo, ou seja, dotar a região de infraestrutura necessária – principalmente segurança e meios de transporte. Outra possibilidade seria de, segundo Cooper e Hall (2008), citados por Milheiro et al. (2011, p.4), o governo realizar “projetos preferencialmente desenvolvidos em redes, realizando parcerias entre estas, o setor privado e as organizações não-governamentais”.

Em Minas Gerais, o Estado reconheceu e certificou mais de 50 circuitos turísticos desde 2003 (Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais [SETUR-MG], 2017). Em Portugal, foram definidas onze entidades responsáveis pela gestão do turismo – sendo que cinco delas compõem a NUT II (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos), a saber, Norte, Centro-Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve e as demais são polos de desenvolvimento turísticos, a saber, Douro, Serra da Estrela, Leiria-Fátima, Oeste, Alentejo Litoral e Alqueva. Segundo Milheiro et al. (2011, p.6), “estas funcionam como entidades gestoras e são pessoas colectivas de direito público de âmbito territorial, dotadas de autonomia administrativa e financeira”.

Portanto, verifica-se uma descentralização da gestão dos destinos turísticos por parte do Estado em favor de unidades regionais mais próximas a esses destinos, as quais irão interagir com as associações representativas, dotadas, por sua vez, de autonomia administrativa e financeira. E a criação de circuitos turísticos representa esta descentralização, conforme será visto a seguir.

Circuitos turísticos

O sentido da expressão “circuitos turísticos” pode variar de um país para o outro ou entre diferentes regiões de um mesmo país. (Castro, 2007; Santos, 2006; Brida et al., 2008; Gomes, Silva & Santos, 2008; Araújo, 2009; González & Mendieta, 2009).

Em termos práticos, dificilmente um turista viaja para apenas uma localidade ou é atraído por apenas um ou dois atrativos turísticos. O turista que viaja a Paris não procura apenas a Torre Eiffel ou se vai ao Rio de Janeiro não se desloca somente para o Pão de Açúcar/Cristo Redentor, principalmente se este for estrangeiro. Com o acesso à informação cada vez mais amplo pelo turista, antes mesmo de viajar ele pode verificar os atrativos turísticos em um raio considerável de onde pretende se hospedar (Sousa, 2014).

É exatamente a partir desta realidade que os circuitos turísticos – um conjunto de municípios político-administrativos possuidores de diversos atrativos turísticos espacialmente diversos e, geralmente, localizados próximos uns dos outros – demonstrou ser uma forma adequada para se organizar o turismo regional.

Para Castro (2007, p. 22), a criação de circuitos turísticos se deu em virtude de que “(...) se percebeu que a proximidade entre determinados municípios, considerando suas afinidades ou diferenças, significava novas possibilidades em relação ao desenvolvimento turístico”. De acordo com Oliveira e Santos (2006, p.333), a organização de circuitos ou rotas turísticas se deve “à necessidade de se obter vantagens competitivas, onde a disponibilidade dos produtos e serviços turísticos deve se complementar”, podendo, assim, aumentar a possibilidade de atendimento pleno às expectativas dos turistas.

Dito de outra forma, um município com poucos atrativos (considerando apenas aspectos quantitativos) e localizado relativamente distante de um município dotado de mais infraestrutura (tendo mais atrativos ou não) não tem condições de atrair, sozinho, os turistas. Mas se este município fizer parte de um conjunto de outras regiões em condições semelhantes, talvez tenham possibilidade de fazer parte de um destino turístico “mais amplo”, denominado de circuito turístico.

Em Portugal, a denominação “circuito turístico” é verificada em Correia e Carvalho (2011) em menção ao crescimento do setor da Região Centro de Portugal e, mais precisamente, ao se referir à criação de rotas temáticas para o circuito turístico dessa região.

Mas à medida que a atividade turística começa a ser imaginada como alternativa para dinamizar economicamente uma região sob a forma de circuito, entende-se que os elementos inicialmente a serem considerados sejam a escolha do número de participantes, a definição da imagem, a escolha do nome e do município polo, a tipologia do turismo, condições de acesso e sua sustentabilidade financeira, conforme será discutido a seguir.

Número de municípios participantes

Em relação ao número de municípios que deve compor um circuito turístico, Gomes, Silva e Queiroz Neto (2006, p.327) afirmam que “circuitos muito grandes (...) não têm conseguido avançar no seu processo de organização”. Realmente, um número grande de municípios pode inviabilizar o circuito por algumas razões, tais como as divergências políticas e a dificuldade em se definir uma identidade que represente de maneira equânime cada integrante do circuito.

Além disso, a distância dos demais municípios até o município polo poderia inviabilizar o circuito quanto a sua dinâmica, qual seja, a de visitá-los durante o dia e retornar aos principais meios de hospedagem do circuito ao final da tarde. Por exemplo, o circuito turístico Serra Geral do Norte de Minas (Figura 1) possui 17 municípios, sendo Mato Verde o município polo, que tem apenas três meios de hospedagem. Essa quantidade de municípios pode dificultar a visitação por parte do turista de tal forma que ele tenha que optar por visitar apenas alguns deles – comportamento que pode prejudicar o desenvolvimento um pouco mais uniforme do circuito.

Figura 1 - Circuito Turístico da Serra Geral do Norte de Minas



Fonte – Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais -SETUR-MG (2016).

Imagem

A formação da imagem adequada para um destino turístico tem atraído a atenção de vários pesquisadores (Baloglu & McCleary, 1999; Silva, Teixeira & Oliveira Neto, 2008; Santillan, 2010), pois muitos turistas em potencial irão decidir se deslocam ou não para um destino turístico a partir da imagem que o turista possui a respeito do mesmo.

E como deve ser definida esta imagem? Devem ser consideradas as similaridades entre as regiões e, dentre estas, definir qual pode representar melhor a imagem do circuito turístico (Echtner & Ritchie, 1993; Baloglu & McCleary, 1999). Discussões são colocadas à parte neste trabalho acerca do conceito de imagem, pois entende-se que a população local certamente tem entendimento de como a região é conhecida ou pode vir a ser.

Essa imagem pode ser representada por um produto específico ou singular, de conhecida reputação, por um clima muito característico, uma razão inequívoca que justifica a presença de turistas, uma cultura muito particular, relevo ou hidrografia muito propícios a diversas atividades ou bem definidos.

Portanto, a característica escolhida deve formar a identidade regional e ser usada como chamariz ou como um identificador que sirva de atração do turista (Teixeira et al., 2006). Essa escolha é mais importante ainda quando não se trata de turismo de “sol e praia”, que normalmente não carece de muitos esforços para ser comercializado. No caso de se tratar de “turismo alternativo” ou “complementar” (Pearce, 1995; Smith & Eadington, 1992; Carvalho, 2007) – tipologia de destino distinta de “sol e praia”, o cuidado na definição da imagem deve ser ainda maior.

Cunha (2006), citado por Fonseca e Ramos (2008, p.46)¹, afirma que as características principais do turismo histórico/cultural são a “baixa densidade, pequena escala, a atração de um segmento específico da sociedade, normalmente turistas com rendimentos acima da média e com um nível de instrução superior e de origem urbana”. Cunha e Ferreira (2008, p.3), defendem que “uma imagem adequada deve corresponder à realidade, ter credibilidade, ser simples e diferenciada e ter um símbolo visual”.

Por fim, fica demonstrada a importância de se formar a imagem do local como um destino, como uma “marca” que irá representar não apenas produtos e serviços, mas, principalmente, a experiência que pode ser vivida ali. (Santos, 2004, p.26).

Uma vez definida a imagem é possível estabelecer o nome do circuito turístico. Em Minas Gerais, a maioria dos nomes dos circuitos turísticos está ligada aos atrativos naturais da região, tais como montanhas, vales, serras, nascentes, grutas e rios ou a algum recurso mineral típico da região, tais como ouro e diamante (Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais [SETUR-MG], 2017). Em Santa Catarina, existem os circuitos associados aos atrativos naturais (Rota Cênica Serra-Mar) ou aos costumes e paisagens (Vale Europeu) (Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina [SANTUR], 2019). Já o Estado do Espírito Santo, na região Sudeste do Brasil, possui (de) nomes de circuitos turísticos com as origens mais diversas – da Uva e do Café, dos Imigrantes, Caminho

1. Fonseca, F. & Ramos, R. (2008). Turismo como panaceia para inverter o declínio dos espaços rurais? O caso de Almeida. Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER), Faro, Universidade do Algarve, 1-3 Nov. 2007, SPER / UAlg, CD-Rom.

dos Tropeiros, Orgânicos e Naturais, dentre outros (Secretaria de Turismo do Estado do Espírito Santo [SETUR-ES], 2019)

É importante ressaltar que circuitos turísticos que estão muito associados a “imagens mais rígidas” podem estar em desvantagem em relação a aqueles que podem “diversificá-las”. Na prática, isso pode ocorrer quando o nome de determinado circuito está associado aos elementos naturais – tais como os circuitos Serra Geral do Norte de Minas e Serras Verdes do Sul de Minas (Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais [SETUR-MG], 2017), dificultando a formação da expectativa por parte do turista de que tenha havido alguma novidade ou alteração significativa na região do circuito turístico. Diferentemente desses circuitos, pode-se mencionar os circuitos turísticos da Cachaça e Malhas do Sul de Minas, que podem trazer ao imaginário do turista a possibilidade de novas experiências, induzido o seu retorno.

Nesse caso, parece haver duas “soluções”: a primeira é com a realização de eventos, tornando “móvel” a paisagem do circuito e a outra é, instituir nomes para o circuito em determinados períodos ou épocas do ano. Nesse caso, por exemplo, durante o inverno determinada paisagem pode se modificar de tal forma que talvez seja interessante “mudar” o nome do circuito para essa época específica.

Município polo

Antes da definição do número de municípios ou regiões devam fazer parte de um circuito turístico, deve-se estabelecer qual deverá ser o município de referência para os turistas. A condição necessária – mas não suficiente – pode se dar em virtude deste possuir mais infraestrutura – principalmente em termos de hospedagem, alimentação, sistema bancário, saúde e transporte, visto que segundo Tavares et al., (2010, p.572), o município polo deverá “prestar o suporte necessário em termos de infraestrutura para o ‘acolhimento e distribuição’ dos turistas do circuito turístico (...)”.

Quanto a isto, Santos (2004, p.33), afirma que este deve possuir “a cadeia produtiva do turismo mais completa e (...) ter o maior número de equipamentos turísticos, como hotéis, restaurantes, lanchonetes, serviços, comércio, aeroportos, rodoviária, postos de informação turística (...) e exercer influência nos municípios do entorno”.

Essa condição não é suficiente porque outro aspecto importante diz respeito à necessidade do mesmo de estar geograficamente situado em um ponto estratégico do circuito. No limite, o município polo ou referência deve ser localizado próximo e, se possível, equidistante de todas as unidades turísticas, permitirá o deslocamento e o retorno em menos de 24 horas. Isto é fundamental em virtude da concepção de circuitos turísticos – os quais “compreendem determinada área geográfica (...) e possuem identidade entre os municípios que se consorciaram para complementar os atrativos e equipamentos turísticos com objetivo de ampliar o fluxo e a permanência dos turistas” (Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais [SETUR-MG], 2002).

Além disso, se o município polo porventura escolhido ficar muito distante de todos os demais regiões do circuito, então poderão receber a influência de outro município polo contíguo e ser “capturado”, ou seja, os turistas e até mesmo a sua população podem preferir ser assistidos por um em detrimento do outro.

Deve-se atentar para o fato do município polo escolhido não exercer uma excessiva influência sobre o circuito turístico, o que nem sempre é uma tarefa fácil. Essa influência pode acontecer em virtude de uma absoluta liderança em vários aspectos na região delimitada, tais como representação política, vias de acesso, concentração de recursos e importância da economia. Esta liderança, se excessiva, poderá contribuir negativamente para o crescimento das regiões ligadas ao circuito turístico e, no longo, prazo, dificultaria o recebimento de turistas e não apenas visitantes.

Quanto a isso, Freitas (2008, p. 351), em trabalho realizado junto ao Circuito Turístico dos Diamantes, em Minas Gerais, afirmou que “existem partes que exercem certo domínio sobre outras e mantêm uma posição de privilégio (...) as partes dominantes se convertem em zonas ativas ou de progresso e as partes dependentes em zonas passivas”.

Outra observação importante no momento da escolha do município polo (se houver mais de um candidato, é claro) é em relação ao “peso” do turismo na economia. Isso pode ser feito através da verificação do número de empregados ligados ao setor em termos percentuais ou arrecadação do setor público, por exemplo. Se o “peso” for grande demais, certamente haverá uma liderança desproporcional e, se for pequeno demais, o turismo poderá ser relegado a segundo plano.

O ideal talvez fosse que o município polo tivesse proeminência sim, mas não absoluta, o que eventualmente pode ocorrer caso este tenha infraestrutura adequada para receber turistas ao invés de possuir atrativos turísticos, justificando, mais facilmente, o deslocamento até as regiões vizinhas.

Infraestrutura e equipamentos turísticos

Uma vez o circuito turístico tenha sido criado ou idealizado, é preciso fazer um levantamento de suas condições em todos os aspectos possíveis, tais como seus atrativos turísticos – tanto em termos quantitativos e qualitativos – meios de hospedagem, restaurantes, locadoras de automóveis, oferta de entretenimento, dentre outros, além de variáveis ligadas à infraestrutura- vias de acesso, agências bancárias, hospitais, etc.

Esta etapa de estruturação de um circuito turístico é fundamental, pois ao mesmo tempo em que mais pessoas se tornam efetivamente turistas mais os destinos turísticos competem entre si. Tal competição foi chamada por Santos (2000) de “guerra de lugares”.

Existem muitos trabalhos que tratam de metodologias para o levantamento ou inventário turístico (Milheiro et al., 2010; Tavares et al., 2010) e cabe aos responsáveis por executar essa tarefa a decisão de qual metodologia é mais adequada. De acordo com Stigliano e César (2006, p. 5), esse inventário seria “uma compilação de uma lista detalhada de todas as estruturas, serviços, equipamentos e atrativos relacionados à localidade de interesse do planejamento turístico”.

Conforme mencionado anteriormente, o Turismo pode fazer uso dos estudos pertinentes da Geografia e, em particular, aqueles relativos ao Geoprocessamento no que se refere ao inventário dos atrativos turísticos com localização precisa dos mesmos e à elaboração de mapas turísticos. Essa possibilidade é mencionada por Nordari, Becker e Canale (2006, p.217), segundo o qual as ferramentas

de geoprocessamento permitiria “interligar um banco de dados com a localização espacial dos pontos turísticos ou de interesse turístico (...) e subsidiaria o gerenciamento e a disponibilização de informações rápidas e precisas para comunidades e órgãos afins”.

Condições de acesso

As condições de acesso ou de mobilidade, de forma mais ampla, são muito importantes para o desenvolvimento de um circuito turístico, visto que a sua própria denominação traz consigo a necessidade do deslocamento por parte do turista, sob pena do mesmo restringir-se apenas ao município polo.

Quanto à importância dessa variável para o turismo, Santos (2004, p.29) afirma que:

para ocorrer a (...) integração regional entre os municípios de um mesmo circuito, vias de acesso compatíveis são fundamentais à complementaridade entre os atrativos, os meios de transporte, os equipamentos e os serviços e para o fortalecimento da cadeia produtiva do setor (...). (Santos, 2004, p.29).

Como criar um CT envolve não apenas fazer um inventário turístico dos locais que poderão compô-lo (Cravo, 2004), como também verificar quais distâncias devem ser percorridas, o tempo que se leva e quais as condições de pavimentação existentes. Mais uma vez aponta-se a importância da Geografia para tais questões, visto que a obtenção de caminhos ótimos e elaboração de itinerários turísticos são produtos facilmente elaborados por profissionais das áreas de geografia e turismo.

Logo, a utilização de técnicas de geoprocessamento são adequadas e úteis à criação de um circuito turístico, principalmente em questões relativas ao mapeamento das vias de acesso, implantação de sinalização turística, impactos ambientais e em fatores supracitados.

É claro que nem sempre os turistas fazem os caminhos indicados pelos órgãos públicos ou outras instituições, mas um destino turístico que não possui mapas, possíveis roteiros e sinalização adequada certamente estaria em desvantagem na intensa competição por turistas que se observa atualmente.

Uma vez descrito o referencial teórico acerca da literatura relativa aos circuitos turísticos, será apresentado o panorama dos circuitos do Estado de Minas Gerais e das Aldeias Históricas de Portugal.

CIRCUITOS TURÍSTICOS DE MINAS GERAIS

Em Minas Gerais, o governo estadual optou pela regionalização do turismo por meio do reconhecimento e certificação de circuitos turísticos já existentes (Bolson, 2004; Tavares et al., 2010). A Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais incentivou mais que a formação em si – estimulou a sua organização a fim de que possa ter condições de apoiar a atividade turística regional.

De acordo com o Decreto Lei 43.231, de junho de 2003, promulgado no Estado de Minas Gerais, que institucionaliza os circuitos turísticos em Minas Gerais, um

Circuito Turístico “é um conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sócias e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional (...) através da integração contínua dos municípios (Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais [SETUR-MG], 2017)”.

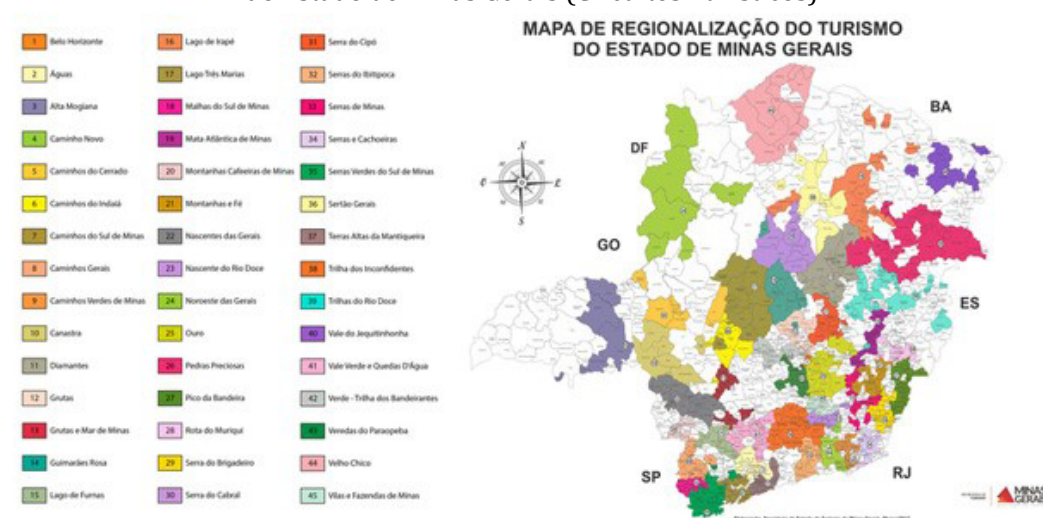
Na prática, é um conjunto de municípios localizados próximos uns dos outros (situados no máximo em um raio de 100 Km) que já exploram a atividade turística de forma individual ou até, sob alguns aspectos, de forma conjunta, se organizam oficialmente – constituindo uma associação, uma Organização Não Governamental (ONG) ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Para se obter o certificado de reconhecimento expedido pelo Governo de Minas Gerais, “os Circuitos Turísticos deverão contar com pelo menos um ano de existência formal e serem constituídos por no mínimo cinco municípios de uma mesma região que tenham afinidades turísticas” (Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais [SETUR-MG], 2009), conforme texto do decreto-lei supracitado.

Depois de ainda cumprirem uma série de requisitos estabelecidos pelo governo estadual – sustentabilidade financeira e existência de um posto de informação turística em um dos circuitos e emprego de um bacharel em Turismo na área de gerência, por exemplo – o circuito turístico certificado passa a usufruir, mesmo dotadas de autonomia financeira e administrativa, dos benefícios da Secretaria de Turismo do Estado – principalmente apoio técnico e político – além de mais legitimidade na busca por recursos em termos federais.

O Estado de Minas Gerais é dotado de muita riqueza patrimonial, artística e cultural, tendo cidades como Ouro Preto, Mariana e Diamantina conhecidas mundialmente, além de importantes regiões possuidoras de águas termais. Seu relevo é marcado por serras e ainda possui vastos recursos hídricos utilizados no turismo, tais como rios, lagos, cachoeiras, lagoas e represas. Assim, essa diversidade contribuiu para a formação de mais de 50 circuitos turísticos, sendo 46 certificados pelo governo estadual (Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais [SETUR-MG], 2016), conforme Figura 2.

Figura 2 – Mapa de regionalização do turismo do Estado de Minas Gerais (Circuitos Turísticos)



Fonte – Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais - SETUR-MG (2016)

Observa-se, entretanto, que existe um número muito maior de circuitos na região sul do Estado – divisa com os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro – e na região central – no entorno de sua Capital, Belo Horizonte – em comparação com as demais regiões (regiões de clima mais quente e com menos recursos hídricos).

Uma vez realizada uma breve descrição dos circuitos turísticos em Minas Gerais, a seguir o mesmo se dá em relação aos Circuitos turísticos Aldeias Históricas de Portugal.

CIRCUITOS TURÍSTICOS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL

Em razão do despovoamento crescente e da urbanização, alguns autores afirmam que Portugal tem se tornado um país cada vez mais “litoral costeiro”, com oferta maior de bens e serviços nessas regiões, impactando de várias formas o interior do país (Portela, 2003; Cristovão, Medeiros & Melide, 2010; Ferreira, 2011).

Em Portugal, na década passada, verificou-se a necessidade de intervenção na região da Beira Interior a fim de não apenas promover o turismo – cultural, de natureza e rural – como também dinamizar a economia regional, marcada pelo envelhecimento da população, antes mencionado, falta de recursos humanos qualificados, pela redução das atividades comerciais e de sua influência política (Portela, 2003).

Além disso, essa necessidade veio acompanhada de um crescimento – embora acanhado ainda, apresenta taxas crescentes – do interesse do turista em cultura, aventura, desportos, em vivenciar a realidade local ao máximo possível, de obter informações e por dar preferência a singularidades (Barros, 2004). Ventura (2010, p.5) também afirma que “o aumento do número de turistas motivados pela cultura, o aumento de atrações patrimoniais, a necessidade de diversificação da oferta e o aumento da sobrecarga dos principais pontos turísticos e dos circuitos tradicionais, propicia a procura destas áreas como espaços turísticos”.

No âmbito do Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (PPDR), foi iniciado, em 1987, o Programa de Recuperação das Aldeias Históricas, foi identificado um conjunto de 12 aldeias históricas (Figura 3) - Almeida, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão e Sortelha – visto que cada uma delas possuía atrativos singulares e que, se trabalhados em conjunto, na forma de produto turístico “único”, poderia contribuir para a transformação da realidade local mantendo as suas características originais.

Segundo Moreira, Camarinhas e Paulo (2003), citados por Ferreira (2011, p.5), o Programa de Recuperação de Aldeias Históricas de Portugal tem como objetivos “a valorização do património rural existente no interior do país, através de intervenções tais como, a qualificação dos espaços públicos (...), a dinamização cultural e turística, melhoria das acessibilidades e dotação de infra-estruturas”.

Em 2006, foi criada a Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal (ADTAHP), a qual seria responsável pela gestão do destino turístico no que se refere à gestão da marca, estímulo da economia local, promoção e divulgação, intermediação junto ao setor público para obtenção de investimentos, monitoramento do património, dentre outras atribuições ([ADTAHP], 2009).

Figura 3 - Localização das Aldeias Históricas de Portugal

Fonte – Correia (2009).

Porém, em 2008 é que foi definido o organograma da Associação, tendo os principais cargos assumidos por Presidentes de Câmara da própria região, além de empresários e autarcas locais na composição da entidade, além do apoio institucional da CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. Embora a região turística tenha recebido muitos turistas desde a fundação da ADTAHP, uma pesquisa feita nos meses de setembro e outubro de 2018 mostrou que apenas metade (49%) dos turistas disseram que pretendiam retornar a região e apenas 50% indicaria a um amigo uma visita a uma das 12 Aldeias Históricas de Portugal (Público, 2019).

Dessa forma, percebe-se a que o circuito turístico formado pelas Aldeias Históricas de Portugal ainda carece de consolidação em termos de demanda e de estruturação institucional, o que talvez exija mais investimentos por parte do setor público, estimulando o surgimento de iniciativas locais e a maior divulgação dos atrativos turísticos junto aos principais operadores de turismo. Quanto a isso, verifica-se que há “uma ausência de cultura de parceria, estando cada um a trabalhar por si e um desinteresse do setor privado” (Público, 2018).

Uma vez apresentados os circuitos turísticos objetos de comparação neste estudo, será descrita a seguir a metodologia utilizada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em relação à quantidade de municípios pertencentes aos circuitos em questão, observa-se que existe uma similaridade na constituição, pois, enquanto em Minas Gerais o número de municípios que compõe os circuitos varia em torno de 5 a 20 – a média é de 10,3 municípios (Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais [SETUR-MG], 2017), o circuito das Aldeias Históricas de Portugal possui 12 aldeias integrantes, conforme antes mencionado.

Logo, ambos parecem ter boas condições de desenvolver o turismo pelo menos no que se refere ao número de participantes, visto que o deslocamento na região, a articulação política e a conciliação de interesses poderiam ficar comprometidos em caso de um número muito grande de municípios.

Quanto ao nome a ser escolhido para o circuito turístico, tantos aqueles localizados em Minas Gerais quanto os de Portugal parecem ter acertado na escolha. A informação ou a mensagem ao turista é muito clara no que se refere, principalmente, a Portugal – Aldeias Históricas não deixa dúvida para o turista do que o mesmo deverá encontrar ao chegar no destino. Em Minas Gerais, embora a maioria dos circuitos tenham tido sucesso na escolha do nome, alguns circuitos destoem dos demais, tais como Noroeste das Gerais e Triângulo Mineiro, onde o primeiro indica apenas que fica na região noroeste de Minas Gerais e o segundo somente aponta que localiza-se na região do Triângulo Mineiro.

Os demais nomes dos circuitos localizados em Minas Gerais trazem consigo elementos que certamente fazem parte não só da realidade dos lugares mas também do imaginário acerca do que é o produto turístico Minas Gerais como um todo (Tavares et al., 2010), a saber, serras (Serras de Minas, Serra do Brigadeiro, Serras e Cachoeiras, Serras Verdes do Sul de Minas), caminhos (Caminhos Gerais, Caminhos do Sul de Minas, Caminho Novo, dentre outros), riqueza mineral e arqueológica (Diamantes, Grutas, do Ouro), além de referências ao café (Montanhas cafeeiras de Minas) e seus recursos hídricos (Lago Três Marias, das Águas, dos Lagos, dentre outros).

No que tange à forma de organização da entidade representativa, o Circuito das Aldeias Históricas de Portugal parece ser melhor organizado que boa parte dos circuitos mineiros. Tal constatação parte do pressuposto de que algumas pesquisas apontam – em relação a Minas Gerais (Bolson, 2004; Gomes et al., 2006, Teixeira et al., 2006; Tavares & Vieira Junior, 2010) – que vários circuitos enfrentam dificuldades na área administrativa, financeira e política, sendo esta última problemática tanto nas instâncias locais (partidos políticos distintos entre os municípios) quanto nas estaduais (relação distante entre o circuito e o poder decisório).

No circuito Aldeias Históricas de Portugal, a forma de organização é muito bem definida e representada pelo “Consórcio da Estratégia de Eficiência Colectiva da Rede das Aldeias Históricas de Portugal”, que, no âmbito do PROVERE (Programa de Valorização Econômica de Recursos Endógenos) – entrou em vigor no início de 2009 (ADTHAP, 2009). Seu órgão máximo é o Conselho de Orientação e Fiscalização, composto por um representante de cada um de todos os parceiros promotores do PROVERE, conferindo um carácter participativo na Instituição.

Além disso, no documento intitulado Estratégia de Eficiência Coletiva e Plano de Ação ([ADTAHP], 2009), observa-se que a Agência de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal tem traçado todas as estratégias de actuação para o crescimento da região turística e as responsabilidades de cada actor descritas de forma clara. Por fim, a Agência de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal demonstra ter uma leitura precisa da realidade dos seus integrantes.

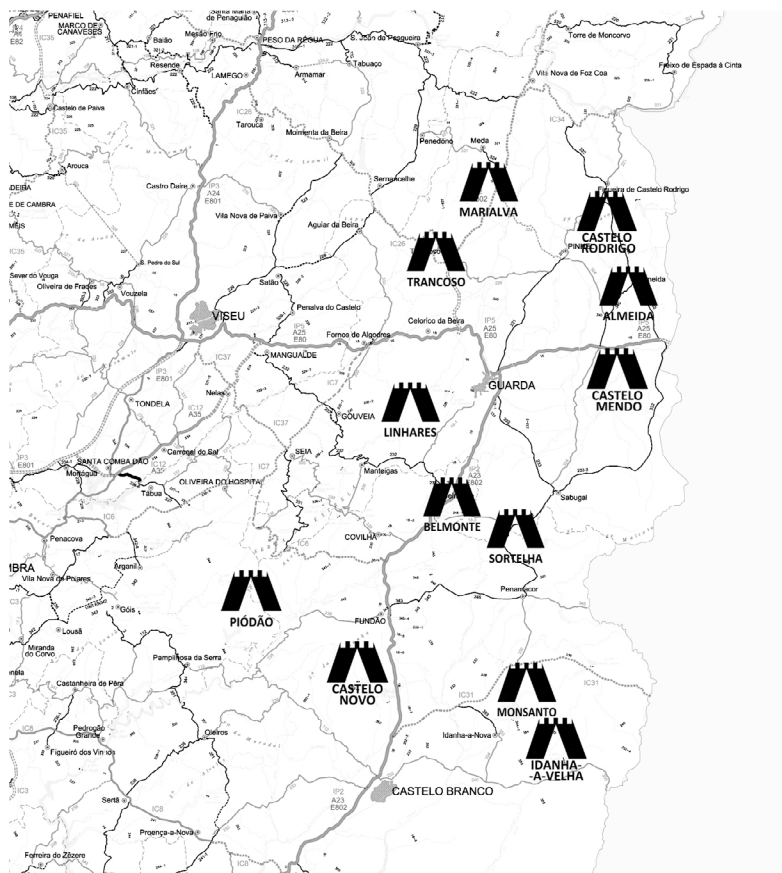
Em relação à escolha do município polo, apenas Minas Gerais apresenta – até por força de lei – um município polo definido. Em todos os circuitos instituídos existem a indicação desse município, o qual geralmente recebe os turistas e os “distribui” para os demais municípios integrantes.

Observa-se que, normalmente, o município de maior poderio econômico, medido pelo Produto Interno Bruto (PIB), por exemplo, acaba sendo escolhido como município polo. Embora a região da Beira Interior seja composta por um número maior de municípios (25), talvez Fundão seja a cidade mais indicada para assumir tal condição (localizado no Distrito de Castelo Branco) – todas pertencentes às Aldeias Históricas de Portugal. Para se ter certeza da indicação de qual município seja mais adequado, seria necessária a análise da infraestrutura de cada uma delas – além de seus posicionamentos geográficos.

No que diz respeito às condições de acesso, a situação é – até mesmo porque questões de escala – muito diferentes. Grande parte dos circuitos turísticos de Minas Gerais – que possui a maior malha rodoviária do Brasil, 16% do somatório de todas as rodovias estaduais, federais e municipais do país, segundo o Governo do Estado de Minas Gerais (Minas Gerais, 2019), atendem à ideia básica de um circuito – o deslocamento do município polo até os demais municípios com condições de retorno em um mesmo dia.

Porém, a qualidade das vias deixa a desejar, principalmente nas regiões com menos densidade demográfica. Em Portugal, a região das Aldeias Históricas (Figura 4), embora careça de mais vias de acesso de menor porte, ligando regiões mais inóspitas, possui boa condição de acessibilidade, já que é servida principalmente pela Auto-Estrada da Beira Interior e pela Estrada Nacional-233, a qual atinge o município de Castelo Branco (Portvias, 2019) – candidato a município polo neste estudo.

Figura 4 – Localização das Aldeias na Beira Interior



Fonte – Ferreira (2011, p.16).

Em relação à tipologia do turismo nas duas regiões, a questão da escala exige uma consideração a parte. Em Minas Gerais, muitos circuitos turísticos competem entre si pela semelhança dos atrativos turísticos – o que acontece principalmente na região sul do Estado, onde prevalece o turismo de saúde, de natureza e rural. Porém, as demais regiões do Estado, composto por 853 municípios, Mas em nível estadual, oferecem ao turista a possibilidade de escolher o circuito de acordo com o que mais lhe agrada – turismo náutico, religioso, gastronômico, de experiências, dentre outros (Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais [SETUR-MG], 2017).

Nos circuitos Aldeias Históricas de Portugal, essa diversidade ocorre em menor grau, pois a ênfase recai basicamente sobre o turismo cultural, com algum reflexo no turismo de natureza. A consequência desse cenário é a possibilidade de restringir o grupo de turistas a um nicho de mercado, dificultando a renovação do turismo na região. Nesse caso, mesmo com atrativos que não mudam ao longo do tempo e não induzem o retorno a médio prazo do turista (Público, 2019), o circuito deve buscar alternativas em eventos e com base em questões de sazonalidade. Por exemplo, “Aldeias Históricas de Portugal – em Alta temperatura”, “0º grau – Aldeias Históricas de Portugal” ou “Temperos Históricos – Aldeias de Portugal” poderiam contribuir para “mudar” o cenário, em princípio, estático, do turismo. Na prática, expressões como essas poderiam aumentar a possibilidade de retorno do turista, já que sinaliza a oferta de “novos cenários” e de “novas experiências”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática relativa à formação, desenvolvimento e consolidação dos circuitos turísticos merece mais investigação, embora, é claro, este trabalho dê mais uma contribuição ao tema ao comparar os circuitos turísticos do Estado de Minas Gerais com o circuito Aldeias Históricas de Portugal.

Considerando 6 (seis) das principais variáveis relativas à constituição de um circuito turístico – número de municípios, município polo, escolha do nome, forma de organização da entidade representativa, condições de acesso e tipologia do turismo – verificou-se que, embora muito distintos em termos de tamanho, principalmente, existem muitas semelhanças no processo de formação desses circuitos.

Ressalta-se que a tipologia do turismo nas Aldeias Históricas de Portugal implica em um “cenário único”, que não convida o turista a voltar ao local no curto e médio prazo, a não ser que os gestores do turismo consigam recriar o destino periodicamente, com eventos e atividades que atraíam novos turistas e incentivem o retorno dos que já conhecem o local. Por outro lado, é importante para a imagem do circuito tal rigidez, pois sinaliza de forma clara ao turista sua vocação original. Já nas demais variáveis, tanto os circuitos turísticos de Minas Gerais quanto o das Aldeias Históricas de Portugal se assemelham, conforme mencionado anteriormente.

Para trabalhos futuros, espera-se que, a partir deste, seja possível elaborar aspectos comuns à criação de circuitos turísticos e seja possível elaborar uma metodologia composta por etapas e ações sequenciais para se proceder à formação destes circuitos.

REFERÊNCIAS

- Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina - SANTUR. (2019). *Instâncias de Governança discutem com Santur criação da Rota Cênica Serra-Mar*. Recuperado em: <http://www.santur.sc.gov.br/index.php/informacoes/noticias/5219-instancias-de-governanca-discutem-com-santur-criacao-de-rota-cenica-integrando-serra-e-mar>
- Araújo, A. S. (2009). *O ciclo de vida do fenômeno turístico em São Lourenço (MG): de estância hidromineral a destino de lazer e bem-estar*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- ADTAHP. Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal. (2009) *Rede das Aldeias Históricas de Portugal - Estratégia de Eficiência Coletiva e Plano de Ação*. Provere, Janeiro de 2009. Recuperado em: http://maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/doc_estrategico_Aldeias.pdf Acesso em 16 mai. 2019.
- Baloglu, S. & McCleary, K. W. (1999). A Model of Destination Image Formation. *Annals of Tourism Research*, 26(4), 868-897.
- Barros, J. C. (2004). *A Projecção do Quotidiano no Turismo e no Lazer*, Lisboa, Instituto Superior da Ciências Sociais e Políticas.
- Bolson, J. H. G. (2004). *Circuitos Turísticos de Minas Gerais - Modelo de Regionalização*. Recuperado de: www.revistaturismo.cidadeinternet.com.br?artigos/minasgerais.html. Acesso em 10 jun. 2019.
- Brida, J. G., Lanzilotta, B., Bibiana, R. & Winston, A. (2008). Turismo y crecimiento económico: El caso de Uruguay". *PASOS*. 6(3), 481-492.
- Carvalho, P. (2007). O turismo nas estratégias de desenvolvimento do mundo rural português: complemento ou alternativa?. In F. Cruz (org.). *Actas do IV Congresso Internacional de Investigação e Desenvolvimento Sócio-Cultural*. (pp. 1745-1768). Póvoa de Varzim.
- Castro, L. D. (2007). *Análise sócio-econômica de demanda turística nas cidades que compõem o circuito mineiro das Águas*. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário UNA, Belo Horizonte.
- Cooper, C. & Hall, M. C. (2008). *Contemporary Tourism: An International Approach* Burlingtonn. Elsevier Butterworth- Heinemann.
- Correia, J. (2009). *Turismo, património e desenvolvimento em ambientes de montanha: o caso do Piódão*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Correia, J. & Carvalho, P. (2010). Turismo e sustentabilidade do desenvolvimento no contexto das Aldeias Históricas de Portugal. O exemplo do Piódão (Serra do Açor). (pp. 290-321). *Atas do 16º Congresso da APDR*. Madeira.
- Correia, J. & Carvalho, P. (2011). Turismo e desenvolvimento rural. O caso do Piódão (Aldeias Históricas de Portugal). *Cadernos de Geografia do Departamento de Geografia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território*. 28/29, 117-130.
- Costa, H. A., Sawyer, D. R. & Nascimento, E. P. (2011). Indicadores de Sustentabilidade em Arranjos Produtivos Locais (APLs) de Turismo no Brasil. *Revista Geográfica de América Central*. II Semestre 2011, 1-16.
- Cravo, P. M. (2004). *A criação de circuitos turísticos*. Vilamoura. Recuperado de: <http://www.estig.ipbeja.pt/~pmmsc/papers/vilamoura.pdf>. Acesso em 10 jun. 2019.
- Cristóvão, A., Medeiros, V. & Melides, R. (2010). Aldeias Vinhateiras: requalificação urbana, turismo e desenvolvimento local no Douro. *PASOS*, 8(4), 519-528.
- Cunha, L., (2006). *Economia e política do turismo*, Edições Verbo, Lisboa.

Cunha, M. O. A. & Ferreira, M. A. T. (2008). A comunicação das organizações no processo de construção da imagem turística de Belo Horizonte. *Actas do V Seminário da Associação Nacional de Pós Graduação em Turismo*. Belo Horizonte.

Diário de Notícias. (2016). *Na aldeia mais portuguesa quase não há portugueses*. Recuperado de: <https://www.dn.pt/sociedade/na-aldeia-mais-portuguesa-quase-nao-ha-portugueses-5141163.html> Acesso em 10 jun. 2019.

Echtner, C. & Ritchie, J. R. B. (1993). The measurement of destination image: an empirical assessment. *Journal of Travel Research*. 31(4), 3-13.

Emmendoerfer, L., Silva, L. F. T. B. & Fonseca, P. C. (2007). A formação dos circuitos turísticos mineiros: uma política pública descentralizada e democratizante? *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*. 2(4), 1-18.

Ferreira, P. N. (2011). *Programa de Recuperação de Aldeias Históricas de Portugal: um Balanço*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, Coimbra.

Freitas, C. L. (2008). *Turismo, política e planejamento – estudo do Circuito Turístico do Diamante no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Gomes, B. M. A., Silva, M. A. C. & Queiroz Neto, E. (2006). A ação coletiva em regiões turísticas: um estudo dos circuitos turísticos de Minas Gerais. *Turismo - Visão e ação*. 8(2), 332-330.

Gomes, B. M. A., Silva, V. J. & Santos, A. C. (2008). Políticas Públicas de Turismo: uma Análise dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais sob a Concepção de Cluster. *Turismo em Análise*. 19(2), 201-219.

González, R. C. & Mendieta, M. D. (2009). Reflexiones sobre la Conceptualización de la Competitividad de Destinos Turísticos. *Cuadernos de Turismo*. 23, 111-128.

Governo do Estado de Minas Gerais. (2003). *Decreto n. 43.321 de 08 de maio de 2003. Dispõe sobre o reconhecimento dos Circuitos Turísticos e dá outras providências*. Recuperado de: <http://www.revistaturismo.com.br/artigos/minasgerais2.html>. Acesso em 10 jun. 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2008). *Contagem da População 2007*. Recuperado de: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/defaulttab.shtm>. Acesso em 10 jun. 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2019). *Censo demográfico 2000: caracterização da população e dos domicílios: resultado do universo*. Rio de Janeiro.

Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo de Portugal - IPDT (2017). *Avaliação das intenções de férias dos residentes de Portugal*. Recuperado de: https://www.ipdt.pt/wp-content/uploads/2020/02/IntFer_Natal-FimAno19_.pdf Acesso em 24 mar. 2019.

Instituto Nacional de Estatística - INE (2017). *Turismo representa 13,7% do produto interno bruto em Portugal*. Recuperado de: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/comunicado?i=turismo-representa-137-do-produto-interno-bruto-em-portugal> Acesso em 10 jun. 2019.

Mamberti, M. M. S., & Braga, R. (2004). Arranjos produtivos turísticos e desenvolvimento local. *Seminário Internacional sobre o Desenvolvimento Local na Integração: estratégias, instituições e políticas*. Rio Claro.

Massukado, A. S. (2006). Políticas públicas: estratégias governamentais de intervenção no turismo. *Revista Global Tourism*. 1(6).

Merigue, G. (2005). O Desenvolvimento de arranjos produtivos locais no turismo: o caso da região turística da Costa Leste de Mato Grosso do Sul. *Caderno Virtual de Turismo*. 5(1), 7-14.

- Milheiro, E., Diniz, G. & Correia, E. (2010). *O papel do Observatório do Turismo na operacionalização de competências da Entidade Regional de Turismo do Alentejo*. Recuperado de: <http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/2053/1/O%20papel%20do%20Observat%C3%B3rio....pdf>. Acesso em 10 jun. 2019.
- Milheiro, E., Diniz, G. & Correia, E. (2011). Metodologia de Inventariação de Recursos Turísticos para o Território do Alentejo. *17º Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional. (APDR)*. Bragança.
- MINAS GERAIS. (2019). *Rodovias*. Recuperado em: <https://www.mg.gov.br/conhecaminas/rodovias>. Acesso em 15 jul 2019
- Ministério do Turismo - MTur (2019). *Pesquisa de demanda turística*. Recuperado de: <http://www.brasilturismo.com/ler/ler.php?id=95>. Acesso em 10 jun. 2019. Acesso em 10 jun. 2019.
- Moreira, M., Camarinhas, C., & Paulo, L. (2003). *Património Rural em Portugal*. Projecto de Investigação, Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Mussardi, W. O., & Abrantes, L. O. (2016). Dependência dos municípios de Minas Gerais ao FPM. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*. 6(1), 173- 187.
- Nodari, L. D. T., Becker, T., Canale, D. P. (2006). A aplicação do geoprocessamento como ferramenta de auxílio ao turismo. *Congresso de Congresso de Cadastro Técnico Multifinalitário e Gestão Territorial*. Florianópolis.
- Oliveira, J. M. S. R., & Santos, A. C. (2006). O turismo como alternativa para o desenvolvimento da competitividade: uma análise da "rota dos tropeiros" no Oeste de Minas Gerais. *FACEF Pesquisa*, 9(3), 332-342.
- Pearce, D. (1995). *Tourism today: a geographical analysis*. (2ed). New York: Longman.
- Portela, J. (2003). *Portugal-chão: que futuro futurível?*. Oeiras: Celta Editora.
- Portvias (2019). *Infraestruturas*. Recuperado de: <https://www.portvias.pt/viaje-na-a23-beira-interior/infraestruturas/> Acesso em 10 jun. 2019.
- Público. (2018). *Rede Aldeias Históricas de Portugal com fraca dinâmica e quase estagnada*. Recuperado de: <https://www.publico.pt/2018/05/16/local/noticia/rede-aldeias-historicas-de-portugal-com-fraca-dinamica-e-quase-estagnada-1830285> Acesso em 10 jun. 2019.
- Público. (2019). *As aldeias históricas ainda não cativam. Mas é preciso saber porquê*. Recuperado de: <https://www.publico.pt/2019/04/03/local/noticia/aldeias-historicas-estudo-1867913> Acesso em 10 jun. 2019.
- Santillan, V. L. (2010). La fotografia como creadora de la imagen de un destino turístico. Buenos Aires através de sus tarjetas postales. *PASOS*. 8(1), 71-82.
- Santos, A. A. (2004). *A importância do circuito turístico para o fomento da economia e da preservação ambiental – Caso “São Roque de Minas*. Dissertação de Mestrado em Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras.
- Santos, K. G. B. & Santos, C. E. R. (2014). Dependência Municipal das Transferências do Fundo de Participação dos Municípios: uma análise para os municípios do Sul da Bahia entre 2008 e 2012. *IV Semana do Economista*. Ilhéus.
- Santos, M., (2000). *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record.
- Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais - SETUR-MG (2002). *Minas revolucionou o turismo: a descoberta da potencialidade mediterrânea*. Belo Horizonte. Recuperado de: <http://www.revistaturismo.cidadeinternet.com.br/artigos/minasgerais> Acesso em 11 jun. 2019.
- _____. (2009). *Informações administrativas*. Recuperado de: <http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas>. Acesso em 09 set. 2019.

_____ (2016). *Mapa de regionalização do turismo do estado de Minas Gerais*. Recuperado de: <http://www.turismo.mg.gov.br/images/stories/circuitos/mapa-de-regionalizacao-do-turismo-de-minas-gerais-set-2016.pdf> Acesso em 10 jun. 2019.

_____ (2017). *Diretrizes da política pública de turismo de Minas Gerais*. Recuperado de: <http://www.turismo.mg.gov.br/>. Acesso em 10 jun. 2019.

Secretaria de Turismo do Estado do Espírito Santo - SETUR-ES (2019). *Regiões turísticas*. Recuperado de: <https://setur.es.gov.br/regioes-turisticas-do-es> Acesso em 10 jun. 2019.

Silva, J. T. M., Teixeira, L. A. A. & Oliveira Neto, I. A. S. (2008). A imagem de Belo Horizonte: um estudo para sua identificação por meio da técnica de configuração de imagem de produto. *Observatório de Inovação do Turismo Revista Acadêmica*. 3(2), 1-23. DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/oit.v3n2.5700>

Smith, V. L. & Eadington, W. R. (1992). *Tourism Alternatives: Potentials and Problems in the Development of Tourism*. University of Pennsylvania Press, Philadelphia.

Sousa, C. (2014). A Influência da Internet na escolha de um Destino Turístico. *COGITUR*. 143-155.

Stigliano, B. V. & César, P. A. B. (2006). *Inventário turístico: primeira etapa da elaboração do plano de desenvolvimento turístico*. Campinas: Alínea, p. 5-7.

Tavares, J. M. & Vieira Júnior, J. A. (2010). Circuito Turístico Terras Altas da Mantiqueira: uma análise situacional a partir da percepção dos agentes ligados ao turismo. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*. 5, 1-18.

Tavares, J. M., Vieira Júnior, J. A. V., & Queiroz, S. F. (2010). Circuitos turísticos de Minas Gerais: uma análise a partir de ferramentas de geoprocessamento. *Turismo em Análise*. 21(1), 25-47.

Teixeira, A., Vicentim, F. M., & Aguiar, V. (2006). Circuitos turísticos e sua importância para o turismo no espaço rural brasileiro. *Congresso Latino Americano de Sociologia Rural*. Quito.

Ventura, M. S. G. (2010). *Patrimônio e Turismo em áreas de baixas densidades: o caso das aldeias do Pessegueiro e do Esquio*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, Coimbra.

World Travel & Tourism Council – WTTC (2019). *Economic Impact Reports*. Recuperado de: <https://wtcc.org/Research/Economic-Impact>. Acesso em 24 junho 2019.

Recebido em: 07/07/2019
Aprovado em: 25/11/2019

CONTRIBUIÇÕES

Jean Max Tavares: Autoria única.